

A mudança do discurso sobre o desenvolvimento econômico no mundo – passagem pela escola na formação de uma ideologia ambientalmente sustentável

Carmen Pandolfo; Tânia Maria Vione Dalmolin

Graduada em Letras, Especialista em Metodologia no Ensino de Línguas, Mestre em Educação – Educação e Linguagem; docente da Faculdade de Pato Branco (FADEP) e da rede pública de Ensino (SEED-PR). E-mail: carmempandolfo@uol.com.br; Graduada em Direito, Especialista em Direito Civil e Processual Civil, Mestranda em Direito Público e Evolução Social; Advogada e Professora no curso de Direito da Faculdade de Pato Branco (FADEP). E-mail: tm.d@hotmail.com

Resumo - Este artigo faz uma abordagem histórica do homem e suas relações com o meio ambiente, mostrando a impossibilidade de pensar o homem na atualidade sem relacioná-lo diretamente com o meio ambiente, pois, com a fragilização das bases naturais que dão suporte ao meio ambiente, a vida está fragilizada, ou seja, a natureza não pode ser concebida sem a sociedade, a sociedade não mais sem a natureza. Depois faz contraposição entre proteção ambiental e desenvolvimento econômico e, por último, registra uma das maneiras que o sistema educacional, por meio de um ensino que promova uma leitura crítica, pode contribuir no intento de mudar concepções propagadas pelos discursos sociais do modelo social vigente para a construção de um discurso compatível com a sustentabilidade do planeta.

Palavras-Chave: Homem; desenvolvimento; proteção ambiental;

Abstract- The present article focus on a human historical approach and their relation with the environment exposing the impossibility of thinking the current human without relating them directly to the environment because, due the foundations weakness process that support the natural environment; life is fragile so, nature cannot be conceived without the society and neither society without nature. Then, it contrasts environmental protection and economic development and, finally, it registers one of the ways that the educational system through an education that promotes a critical reading can contribute in order to change propagated conceptions by the social discourses of the current social model to the building of a compatible speech with the planet sustainability.

KeyWord: Human; development; environmental protection; education.

1. INTRODUÇÃO

Hoje, diante de tantas evidências, mais do que nunca, a necessidade de interação entre homem e natureza leva a crer que a humanidade começa a entender a urgência de viver um processo inverso de aproximação com a natureza, tentando fazer parte dela e interagir positivamente com ela. Com isso, o modelo racionalista de homem como senhor e possuidor da natureza dá lugar a um novo modelo (uma nova sociedade), onde homem e natureza dependem um do outro para sobreviverem.

Partindo dessa concepção, todos os segmentos sociais passam a ampliar suas responsabilidades e também sua forma de atuação diante dos desafios que se impõem, nesse caso, de olhar para o meio em que vive e buscar alternativas de viver harmoniosamente com a natureza.

A questão ambiental surge, assim, como um divisor de águas da transformação da base econômica, apontando para o surgimento de uma nova revolução social, de uma nova sociedade, preocupada com a qualidade de vida presente e

futura. As manifestações e discussões apontam principalmente para a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento baseado no ideal de consumo e crescimento econômico acelerado e passa a defender um modelo em que a qualidade da vida seja prioridade.

Desse modo, é cada vez mais crescente a necessidade de se criar formas de produção que não estejam pautadas na destruição dos recursos naturais, principalmente dos recursos não renováveis. Com isso, a sociedade num todo precisa entender a importância de aliar desenvolvimento econômico à preservação e à sustentabilidade.

É nesse viés que o sistema educacional, por meio das instituições de ensino, começam a orientar em suas ações e estratégias para levar seu público a entender como o homem deve agir e interagir com a natureza. Assim, este artigo tem o propósito inicialmente de trazer algumas considerações a respeito dos modelos sociais ao longo da história, ou seja, os comportamentos do homem diante da natureza, a fim de entender o pensamento e a postura desse e sua relação com meio ambiente.

O segundo aspecto priorizado na apresentação desse tema é o da contraposição entre o cuidado ambiental e desenvolvimento econômico e, por último, registra uma das possibilidades que o sistema educacional dispõe, por meio de um ensino que promova uma leitura crítica, e pode contribuir no intento de mudar concepções propagadas pelos discursos sociais do modelo social vigente para a construção de um discurso compatível com a sustentabilidade do planeta.

2. A RELAÇÃO PARADIGMÁTICA ENTRE O HOMEM E A NATUREZA

Uma análise literal da lei infraconstitucional permite concluir que o meio ambiente "é o conjunto de relações e interações que condiciona a vida em todas as suas formas." E José Afonso da Silva (2000, p.20) complementa "o meio ambiente é, assim, a interação do conjunto dos elementos naturais, artificiais e culturais, que propiciem o desenvolvimento equilibrado da vida em todas as suas formas".

Vê-se, assim, claramente, que do próprio conceito de meio ambiente está implícita a relação que há entre a natureza e o ser humano. No entanto, a falta de percepção por parte da humanidade, que por sua vez cria e recria seu espaço à custa da apropriação da natureza, impede de se visualizar a complexa relação entre o homem e o meio ambiente.

O modo como o ser humano se insere no ambiente resulta em um conjunto de relações sociais que, por sua vez, constrói um tipo específico de relações com dimensão natural e que se encontram em total descompasso em virtude do padrão societário atual.

Segundo Veiga (2007, p.105), a principal questão da relação entre homem e ambiente está na maneira de se entender as mudanças sociais, que não podem nunca ser dissociadas das mudanças da relação humana com o resto da natureza. Essa relação é regulada, de um lado, "por leis naturais que governam os vários processos físicos envolvidos" e, de outro lado, "por normas institucionalizadas que governam a divisão do trabalho, a distribuição de riquezas, etc." (VEIGA, 2007, p.106).

No princípio da existência humana e durante ainda muito tempo, quando os meios técnicos ainda não existiam e a população mundial era reduzida, o homem tirava da natureza apenas o suficiente para sua sobrevivência. No entanto, a chegada da Revolução Industrial provocou grandes alterações nas relações do homem com a natureza. Com a consequente dotação dos meios técnicos e com o aumento significativo da população, o homem começou a interferir na natureza que começou a sentir grandes mudanças na sua regeneração e na sua própria sustentação natural (CUNHA, 2004, p.109-110).

Entretanto, não se pode deixar de destacar que mesmo com o surgimento de grandes civilizações, o homem sempre se viu em continuidade com a natureza. Mesmo com o implemento da técnica o seu sustento dependia e depende ainda, se não totalmente em grande parte, das fontes naturais. No entanto, com a degradação forçada dos recursos naturais, ocasionada pelo desenvolvimento econômico, o homem passa a ser dominador e controlador da natureza que passou a ser objeto mercadológico engendrado num processo econômico de privatização do uso do meio ambiente comum. E é o custo econômico e social desse processo que se tornou preocupante, já que inadequado no auxílio ao desenvolvimento sustentável.

Com o desenvolvimento da industrialização e a emergência do capitalismo, a relação homem-natureza passou a ser totalmente transformada e modelada pela ciência e pela tecnologia, alterando o ambiente natural que passa então a ser controlado e modelado pelo homem que, no decorrer de sua existência, fixou a ideia de que a natureza existe para ser dominada e não conservada.

Além do mais, o modelo econômico global, imposto ao mundo após a queda do muro de Berlin, foi um facilitador para propagação da tradição ocidental que na sua essência coloca o homem como o centro do universo, medida de todas as coisas, culminando na transformação do homo sapiens em homo economicus (DUPAS, 2006).

Esse modelo, baseado no capitalismo e na racionalidade científica, em que o homem é o senhor e possuidor da natureza e esta sua serva, era baseado numa visão de mundo que via o

homem e a natureza separados um do outro. A natureza era considerada passiva, eterna e reversível e o homem dominador e superior a ela, reforçando a ideia de que “o meio ambiente só existe para benefício humano e não tem valor intrínseco.” (SARLET, 2010, p.92)

Assim, ciência e a tecnologia realizaram o projeto moderno do homem tornar-se dono e senhor da natureza. Mas o homem esqueceu-se de que ele próprio e seu mundo fazem parte da natureza e esse comportamento do homem, como senhor e dono do mundo está levando ao extermínio da raça humana no planeta terra.

Nesse contexto, é impossível pensar o homem na atualidade sem relacioná-lo diretamente com o meio ambiente, pois, com a fragilização das bases naturais, que dão suporte ao meio ambiente, a vida humana também resta fragilizada (SARLET, 2008, p.186)

Beck (2010, p.98) também comunga da ideia que não se pode separar o homem da natureza e explica de maneira muito simples essa relação dizendo simplesmente que “a natureza não pode mais ser concebida sem a sociedade, a sociedade não mais sem a natureza” É o que ele chama de socialização da natureza. Ou seja, deixou-se de lado a antiga ideia de uma natureza contraposta à sociedade e se passou a ver a natureza como elemento constitutivo da dinâmica social, econômica e política (BECK, 2010).

Dessa forma, a necessidade de interação entre homem e natureza leva a crer que a humanidade começa a buscar um processo inverso de aproximação com a natureza, tentando fazer parte e interagir com ela. Com isso, o modelo racionalista de homem como senhor e possuidor da natureza dá lugar a um novo modelo (uma nova sociedade), onde homem e natureza dependem um do outro para sobreviverem (DUPAS, 2006).

O meio ambiente passa, agora, a ser o centro das discussões, o elemento definidor de um novo paradigma para a sociedade e para a democracia, gerando uma nova relação entre o homem e a natureza que, de acordo com Fritjof Capra (1996) vem reconhecer o valor intrínseco de todos os seres vivos e lhes demonstrar que são apenas um pequeno fio nessa gigante teia que á a vida.

É o que José Rubens Morato Leite (2008, p.138) chama de “Ecologia Profunda”, que visa fundamentar a ideia de que o homem é o responsável pelo meio ambiente e pela preservação de todas as espécies, inclusive a humana, e que “precisa interagir-se ao ambiente”, rompendo, assim, com a antiga ideia do homem como senhor e dono absoluto da natureza.

Com efeito, a atual conjuntura de relacionamento entre ciência, tecnologia e sociedade aponta para impactos econômicos e sociais cada vez mais profundos, modeladores das relações e do

comportamento humano e que exigem, portanto, uma nova relação paradigmática com a natureza, para substituir a relação paradigmática moderna.

Fritjof Capra (2006, p. 25-26) explica que

a ecologia profunda não separa os seres humanos – ou qualquer outra coisa – do meio ambiente natural. Ela vê o mundo não como uma coleção de objetos isolados, mas como uma rede de fenômenos que estão fundamentalmente interconectadas e são interdependentes. A ecologia profunda reconhece o valor intrínseco de todos os seres vivos e concebe os seres humanos apenas como um fio particular na teia da vida.

O homem precisa, portanto, abandonar a ideia de que a natureza é de alguma forma servil, pois é visível a relação de interdependência entre o ser humano e a natureza, bem como o valor que cada qual possui, e partir para uma compreensão de mundo menos mecanicista baseada em ciências que tenham como objetivo único o ataque ao meio ambiente, e fazer do meio ambiente um sujeito de direitos (LEITE, 2008, p.139).

Até porque, conforme dizia Ted Perri, inspirado no Chefe Seattle e citado por Capra (2006, p.09),

“tudo o que acontece com a Terra, acontece com os filhos e filhas da Terra. O homem não tece a teia da vida; ele é apenas um fio. Tudo o que faz à teia, ele faz a si mesmo”.

Em vista disso, o meio ambiente deve ser tratado como um fim em si mesmo e não como meio para um fim inerente à vida de um modo geral, já que o meio ambiente, embora não seja composto de carne e ossos, engloba várias formas de vida, que embora não humanas, guardam consigo o elemento dignidade. Portanto, o meio ambiente

“não pode protegido apenas em razão da saúde e da qualidade de vida do ser humano, mas também em virtude de representar um valor em si mesmo” (SARLET, 2008, p.195).

3. A CONTRAPOSIÇÃO ENTRE PROTEÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A partir do final da Segunda Guerra Mundial o conceito de desenvolvimento econômico começou a ser utilizado num contexto de formação das instituições mundiais de harmonização de interesses e de manutenção de altas taxas de crescimento que seriam obtidas por meio da ação regulatória do Estado (DUPAS, 2006).

A degradação dos recursos ambientais se apresentava, até metade do século passado, como um problema de caráter setorial, não interferindo

como um fator limitante seja na área econômica ou de decisão política do processo de desenvolvimento dos países desenvolvidos. A ordem social foi instaurada sobre a especialização, e a natureza, e até o próprio ser humano, passou a ser dominados pelo trabalho.

Essa degradação, bem como o uso excessivo dos bens ambientais nas atividades de produção e consumo, se deve principalmente ao fato de que até bem pouco tempo atrás os bens ambientais (fauna, flora, ar água e solo) eram considerados bens disponíveis em quantidade ilimitada e de apropriação gratuita. No entanto, a progressiva deterioração do ambiente vem sendo percebida por toda a sociedade e junto com a ideia de desenvolvimento econômico começa a surgir a consciência de que o homem necessita do meio ambiente para sua própria sobrevivência, e que a responsabilidade de todos e de cada um está na satisfação de necessidades atuais sem prejudicar as gerações futuras, dando início ao pensamento ambientalista que vem se chocar com os interesses econômicos predominantes.

Para Henrique Leff (2009, p.17) a degradação ambiental nada mais é do que um "sintoma de uma crise de civilização, marcada pelo modelo de modernidade regido pelo predomínio do desenvolvimento da razão tecnológica sobre a organização da natureza."

Nesse sentido, ainda segundo esse autor, a questão do meio ambiente torna problemático as bases da produção e aponta para a desconstrução do atual modelo econômico e para a construção de novos modelos fundados nos limites das leis da natureza, nos potenciais ecológicos e na criatividade humana (LEFF, 2009, p.17).

No entanto, os países de terceiro mundo viram-se mergulhados numa crise da dívida, passando por graves processos de inflação e recessão, de modo que, a recuperação econômica surgiu como prioridade das políticas governamentais deixando para trás a questão ecológica, bem como, o discurso do eco desenvolvimento estabelecidos da Conferencia de Estocolmo há uma década, intensificando os problemas ambientais do mundo. Infelizmente, o discurso do meio ambiente sadio e equilibrado foi dando lugar ao discurso da globalização da economia (LEFF, 2009, p.18).

Sem existir qualquer preocupação com os impactos do crescimento econômico no meio ambiente, fundamentou-se uma ideologia altamente otimista que previa o crescimento econômico indefinido com o uso indiscriminado dos bens ambientais, visto como um processo de utilização cada vez mais intensivo de capital, de redução do uso de mão-de-obra, e de utilização extensiva dos recursos naturais.

Além disso, existia uma total inconsciência com as repercussões ambientais e com a degradação

ecológica derivada das atividades econômicas. A atividade econômica era vista como um sistema fechado, sem limites no que diz respeito ao uso de energia e matérias primas e, muito menos, quanto aos efeitos da poluição e da destruição ambiental.

Esse "modo de vida humano, baseado, preponderantemente, em valores econômicos" (LEITE, 2008, p.137), vem causando impactos ambientais sem precedentes na história da humanidade e as normas existentes já não são capazes de controlar a produção dos riscos da atualidade.

De acordo com Leite (2000, p.13) não se pode negar que estamos vivendo uma crise ambiental oriunda de uma sociedade de risco, originada a partir do momento em que as condições tecnológicas, industriais e econômicas começaram a entrar em confronto com a qualidade de vida.

Mas não somente isto. Pode se afirmar, ainda, que esta grave crise ambiental é devido também, há vários outros fatores, tais como o forte aumento da população humana mundial que é agravado pela pobreza e falta de infra-estrutura sofrida por grande parte dos habitantes do planeta, juntamente com o crescimento excessivo da atividade econômica que tem produzido impactos negativos sobre o meio ambiente e, ainda, com a degradação ambiental, resultado de super exploração dos recursos naturais e que afeta principalmente a qualidade de vida.

Contudo, esse quadro começa a se alterar em virtude dos problemas que essas próprias nações capitalistas começaram a sofrer com relação à produção de bens oriundos de recursos naturais. Com a escassez dos recursos, começa a surgir no âmbito global uma preocupação com o meio ambiente e, principalmente com os riscos advindas da degradação e escassez desses recursos (BECK, H; GIDDENS, A; LASH, S. 1997, p. 220-231).

Fruto do modelo desenvolvimentista do Estado Social, que se iniciou a partir da década de 60, e cujos sintomas mais agudos ocorreram na década de 70 com a crise do petróleo, obrigando os Estados a tomada de consciência sobre os limites do crescimento econômico e da esgotabilidade dos recursos naturais, a atual crise ambiental tornou indispensável assegurar o desenvolvimento sustentável, cuja principal característica reside na possível conciliação entre o crescimento econômico, a preservação do meio ambiente e a promoção da qualidade de vida humana.

A questão ambiental surge, assim, como um marco jurídico constitucional, um divisor de águas da transformação da base econômica, apontando para o surgimento de uma nova revolução social, de uma nova sociedade, preocupada com a qualidade de vida presente e futura. As manifestações e discussões apontam principalmente para a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento baseado no ideal de consumo e crescimento

econômico acelerado.

De acordo com Veiga (2007, p.82), "a economia é um subsistema da biosfera finita que lhe dá suporte". Quando a expansão dessa economia começa a afetar excessivamente o ecossistema, os alicerces naturais, que valem muito mais que os bens produzidos pelo homem, começam a ser sacrificados de modo que passa a ocorrer um "crescimento deseconômico", que passa conseqüentemente, a produzir mais danos do que benefícios.

E é diante dessas evidências que as questões econômicas e ambientais começam a demandarem uma profunda transformação produtiva da sociedade que deve ser realizada com justiça social e proteção ambiental. Portanto, essa crise ambiental é também uma crise de valores, própria da civilização contemporânea e que demanda, pois, de forma emergencial, uma mudança de entendimento acerca do papel do homem na natureza, o que implica transformação de comportamento e de valores da própria sociedade (THEODORO, S. H.; ZANETI, I., 2008, p.03).

Desse modo, é cada vez mais crescente a necessidade de se criar formas de produção que não estejam pautadas na destruição dos recursos naturais, principalmente dos recursos não renováveis. Com isso, a iniciativa privada e a sociedade têm se unido com o objetivo de favorecer um crescimento econômico aliado ao desenvolvimento econômico.

O desenvolvimento sustentável é o modelo que procura coadunar os aspectos ambiental, econômico e social, buscando um ponto de equilíbrio entre a utilização dos recursos naturais, o crescimento econômico e a equidade social. Pode ser definido, de acordo com Henrique Leff (2009, p.19), como sendo

"um processo que permite satisfazer as necessidades da população atual sem comprometer a capacidade de atender as gerações futuras".

Para tanto, "as retiradas do stock de recursos não devem ser superiores ao crescimento natural dos recursos e a sustentabilidade da exploração requer, no mínimo, a manutenção no tempo de um stock constante de capital natural (BACHELET, 1995, p.185). Assim, o desenvolvimento sustentável depende do esforço compartilhado de todos os seres humanos, de todas as nações do mundo, como condição para a regeneração da natureza e sobrevivência da própria espécie humana na terra.

Mas a questão é: como conseguir esse crescimento econômico sustentado diante de tantas contradições entre natureza e crescimento econômico? Não seria outro discurso ideológico, igual o discurso do progresso, a desencadear a ilusão de que a

sustentabilidade irá promover o crescimento econômico sustentável?

É evidente que o homem não pode mais pensar que suas ações e criações são infalíveis, e que a ciência e a tecnologia, que contribui direta e indiretamente para o esgotamento dos recursos naturais, resolveria todos os problemas. De acordo com Tiago Fensterseifer (2008)

"há uma tensão dialética permanente entre a proteção ambiental e o desenvolvimento econômico. Em face do forte conteúdo econômico inerente à utilização dos recursos naturais, e, conseqüentemente, das pressões de natureza político-econômicas que permeiam, na grande maioria das vezes, as medidas protetivas do ambiente.

O desenvolvimento sustentável deve buscar, assim, "reconciliar os contrários da dialética do desenvolvimento: o meio ambiente e o crescimento econômico" (LEFF, 2009, p.26). Isso visa reconhecer solenemente o crescimento econômico como um processo sustentável, capaz de assegurar um meio ambiente que seja realmente ecologicamente equilibrado.

Conquanto as questões ambientais tenham tomado novos delineamentos, um dos maiores desafios da nova sociedade é fazer com que as forças de mercado protejam e melhorem a qualidade do ambiente ao mesmo tempo em que mantenham o crescimento econômico. No entanto, isto somente será possível num contexto harmonioso entre homem e meio ambiente, com o uso criterioso de instrumentos econômicos e de regulação, de modo a atuar de forma ecologicamente responsável para alcançar então um desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, há de se construir uma nova forma de pensar, ou seja, uma concepção que as novas gerações não abominem o modelo até então difundido, pessoas que tenham uma visão e uma postura em favor da qualidade de vida todos que vivem no planeta.

José Rubens Morato Leite (2008, 176) alerta, entretanto, para o fato de que

"os riscos nunca serão totalmente eliminados, pois a cognição humana é sempre restrita, se visualizada com as necessidades do sistema ecológico. Além disso, a certeza científica é sempre dinâmica e mutável no tempo, trazendo necessidade de ponderação nas decisões sobre o risco."

Notadamente, o desenvolvimento centrado apenas no crescimento econômico, deixando em segundo plano a preocupação com a escassez dos recursos naturais e as questões de desigualdades e injustiças sociais, compromete o desenvolvimento sustentável. A destruição do meio ambiente

compromete a qualidade de vida de toda a humanidade na medida em que reduz o bem estar que a natureza pode oferecer.

É preciso buscar um modelo capaz de “ecologizar a economia”, eliminando as dicotomias existentes entre crescimento econômico e preservação da natureza (LEFF, 2009, p.18). Até porque, o desenvolvimento econômico não deve ser impedido, afinal, o ser humano estuda e evolui para isso. Deixar de crescer para livrar-se dos impactos negativos do crescimento sobre o meio ambiente não resolve o problema, pois este não consiste em optar por crescimento ou por qualidade de vida.

Ignacy Sachs (2007, p.11) inteligentemente nos mostra que

(...) face aos desafios colocados pela crise socioambiental contemporânea, seria simplesmente inviável parar de crescer enquanto persistem os profundos desníveis sociais no interior de cada país. Se por um lado o crescimento simplesmente condenaria à morte aqueles que estão situados na base da pirâmide social, por outro a persistência de um viés economicista na planificação do desenvolvimento tenderia a agravar ainda mais os dramas sociais e ecológicos do nosso tempo.

É preciso sim encontrar formas de progredir sem agredir, estimulando a construção de uma racionalidade social e produtiva que, reconhecendo a limitação dos recursos naturais como condição básica de sustentabilidade, funde a produção observando os potenciais da natureza.

Outrossim, é preciso por em prática os ditames constitucionais, afinal, em nenhum momento a Constituição Brasileira contemplou o meio ambiente como instrumento de produção econômica e geração de riquezas (LEITE, 2008, 140). Ao contrário, o art. 170 daquele diploma, ao assegurar a livre iniciativa, coloca a defesa do meio ambiente como princípio geral da atividade econômica.

Para Sachs a sociedade atual não deve desistir do crescimento, porém este deve ser alcançado por meio da redefinição das suas formas e usos, de modo a satisfazer as necessidades fundamentais de toda a população, vivendo em harmonia com a natureza, sem destruir o meio ambiente. Prossegue o autor explicando que é necessário harmonizar os objetivos sócio-econômicos e ambientais, através da redefinição de padrões corretos de uso de recursos naturais e das finalidades do crescimento, já que este pode processar-se numa base sustentada que prevê a solidariedade com as gerações futuras (SACHS, 2007).

É, portanto, cada vez mais urgente que se busque um modelo de crescimento econômico que implique formas alternativas e racionais de desenvolvimento produtivo, “que busque a qualidade do processo de desenvolvimento socioeconômico que se subordina

às possibilidades prática de manejo dos recursos naturais, a fim de conciliar a ciência e a produção econômica com o meio ambiente equilibrado, “valendo-se da necessidade do contínuo conhecimento científico” (MEDEIROS, 2004, p.31).

4. O PODER TRANSFORMADOR DA LINGUAGEM

Talvez a questão mais complexa de se responder é: como conseguir esse crescimento econômico sustentado diante de tantas contradições entre natureza e crescimento econômico? Não seria outro discurso ideológico, igual o discurso do progresso, a desencadear a ilusão de que a sustentabilidade irá promover o crescimento econômico sustentável?

Nesse sentido, todos os segmentos sociais indicam para a desconstrução deste modelo econômico e para outras formas de habitar, modelos fundados nos limites das leis da natureza, nos potenciais ecológicos e na criatividade humana, como cita LEFF(2009, p.17).

Assim, o desenvolvimento sustentável depende do esforço compartilhado de todos os seres humanos, de todas as nações do mundo, como condição para a regeneração da natureza e sobrevivência da própria espécie humana na terra.

É, nesse contexto, que se acredita ser a Escola uma das instituições que tem grandes condições de mobilizar e construir novos conceitos acerca das ideologias que permeiam a sociedade, ou seja, mostrar a todos os integrantes do processo educacional, os discursos sociais e suas implicações.

A linguagem constitui-se como perspectiva para a interpretação das relações humanas e compreensão da organização social-comunicativa, pois na linguagem encontra-se a materialização destas relações, interações e sentidos. Articula formas e conteúdos de estudo nestas interações. Para Bakhtin, a linguagem é um produto material da criação ideológica, faz parte de um contexto, natural ou social, e como todo corpo físico, é instrumento de produção ou produto de consumo, mas também em si, refrata e reflete uma realidade, algo exterior.

“Tudo o que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia.”(BAKHTIN, 1995, p.31).

Bakhtin, ainda nesse sentido complementa, que o universo dos signos coincide com o da ideologia, fazendo uma estreita correspondência. Assim, as relações sociais, materializadas na linguagem, são signos que de forma dialética, esclarecem o compromisso ideológico que as constitui.

A consolidação do signo ideológico é evidente na

materialidade do processo de comunicação. É como afirma FORMENTÃO,(2010, p.4) que partir de uma visão crítica da psicologia e da consciência, Bakhtin mostra como o processo social de relações e comunicação é edificado através do signo. Para Bakhtin, a consciência não pode ser formada diretamente da natureza, como percebemos no materialismo mecanicista ingênuo e na psicologia, sobretudo na biológica e na behaviorista. Pois a ideologia não deriva da consciência (idealismo/positivismo psicologista), mas sim adquire sentido na organização da relação social, nos signos, que são o “alimento” da consciência individual. Assim, a lógica da consciência é a lógica da comunicação ideológica, da organização sógnica. Para Bakhtin, se privarmos a consciência de seu conteúdo semiótico/ideológico, não sobraria nada. Fora desse material, há apenas o simples ato fisiológico, não esclarecido pela consciência, desprovido do sentido que os signos lhe conferem (BAKHTIN,2004, p.35-36).

A equivalência entre os signos e a ideologia em Bakhtin(1995, p. 33) torna todos os fenômenos ideológicos um conjunto de signos, um universo em sua dupla materialidade – a física/material e a sócio/histórica.

[...] ainda recebe um “ponto de vista”, pois representa a realidade a partir de um lugar valorativo, o que faz o signo coincidir com o domínio ideológico. O ponto de vista, o lugar valorativo e a situação são sempre determinados sócio-historicamente. E seu lugar de constituição e de materialização é na comunicação incessante que se dá nos grupos organizados ao redor de todas as esferas das atividades humanas. E o campo privilegiado de comunicação contínua se dá na interação verbal, o que constitui a linguagem como o lugar mais claro e completo da materialização do fenômeno ideológico. (MIOTELLO, 2005, p. 170).

A citação acima deixa claro como os signos presentes nas mensagens verbais se materializam no processo de interação, ou seja, os signos assumem condição e objetivação específica: uma totalidade determinada historicamente nas mediações e pelas mediações implica também a reflexão sobre os planos, níveis, interações dos enunciados existentes na infra e na superestrutura, movimentando elementos físicos, mentais, emocionais, perceptivos, cognitivos e “psicológicos” na produção do sentido. Pois essas totalidades,

“pelos quais suas partes específicas ou complexas – isto é, as ‘totalidades parciais’ – estão relacionadas entre si, numa série de interrelações e determinações recíprocas que variam constantemente e se modificam” (BOTTOMORE, 1988, p. 381).

Totalidades que formam esferas/campos que

dialogizam, estabelecendo conteúdo e forma sógnica para produção de sentido.

Dessa forma, cada campo organiza sua própria função no conjunto da vida social, de forma sócio-histórica, os signos são materializados nas esferas de criatividade ideológica, tendo em cada uma delas uma orientação, seja no campo religioso, científico, político entre outros. Esses signos recebem a orientação do campo e das esferas envolvidas, pois refratam e refletem esta realidade na ação comunicativa.

A linguagem, sob a ótica do dialogismo, interage com o indivíduo formando a sua consciência pela cadeia ideológica, o sujeito é o ser do discurso, em uma condição sócio-histórica; com uma individualidade condicionada ao Eu e ao Outro, integrados em uma cadeia semiótica (sógnica) no contexto mediato e imediato, sujeitos situados em devir e sustentados na alteridade.

Essa cadeia ideológica estende-se de consciência individual em consciência individual, ligando umas às outras. Os signos só emergem, decididamente, no processo de interação entre uma consciência individual e uma outra. E a própria consciência individual está repleta de signos. A consciência só se torna consciência quando se impregna de conteúdo ideológico (semiótico) e, conseqüentemente, somente no processo de interação social. (BAKHTIN, 1995, p. 34).

O significado do signo se dá na interação social,

“razão pela qual as formas do signo são condicionadas tanto pela organização social de tais indivíduos como pelas condições em que a interação acontece” (BAKHTIN, 1995, p. 44),

assim, a ideologia tem fundamental relevância para compreensão do signo e da própria materialidade sógnica, considerando que

“[...] é apenas sob esta condição que o processo de determinação causal do signo pelo ser aparece como uma verdadeira passagem do ser ao signo, como um processo de refração realmente dialético do ser no signo” (BAKHTIN, 1995, p. 44).

Para compreender a comunicação e sua relação com o signo ideológico, Bakhtin determina que o signo sempre precisa ser pensado na sua materialidade, não separando a ideologia desta realidade material, integrando-o às formas concretas da comunicação social organizada e também não dissociando a comunicação e suas formas da base material da sociedade (BAKHTIN, 1995, p. 44).

Para Bakhtin, o embate ideológico localiza-se no centro vivo dos discursos, seja na forma de um

texto artístico, seja com intercâmbio cotidiano da linguagem. Na vida social do enunciado (seja ela uma frase proferida verbalmente, um texto literário, um filme, uma propaganda ou um desfile de escola de samba), cada "palavra" é dirigida a um interlocutor específico numa situação específica, palavra essa sujeita a pronúncias, entonações e alusão distintas. (STAM, 2000, p. 62).

Bakhtin, ainda nessa concepção, afirma que esta direção carrega as marcas ideológicas e a materialização das esferas e dos campos sociais, um horizonte social de uma época (espaço/tempo) e de um grupo social com um índice de valor (conteúdo). Juntos, forma e conteúdo, na interação social, produzem sentido ideológico.

A esse processo de recepção/compreensão, ou seja, de interação, que propõe Bakhtin mostra o que é o movimento dialógico da enunciação que constitui o território comum dos envolvidos no ato da interação. E, assim, compreendemos a enunciação somente porque a colocamos no movimento dialógico dos enunciados, em confronto tanto com as nossas próprias palavras quanto a dos dizeres alheios. Para Diana Luz Pessoa de Barros:

Os textos são dialógicos porque resultam do embate de muitas vozes sociais; podem, no entanto, produzir efeitos de polifonia, quando essas vozes ou algumas delas deixam-se escutar, ou de monofonia, quando o diálogo é mascarado e uma voz, apenas, faz-se ouvir. (BARROS, 1994, p. 06).

Diante das contribuições registradas, compreendemos que os enunciados de outros ecoam em nós de modo a provocar uma reação ideológica e não apenas a compreensão do significado da palavra isolado do contexto. Dessa forma, é interessante observar a interação promovida pelos significados das palavras e seu conteúdo ideológico, não só do ponto de vista enunciativo, mas também do ponto de vista das condições de produção e da interação.

Nesse sentido, a concepção de bakhtiniana deixa claro que,

a verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas, nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua. (BAKHTIN, 1995, p. 123).

Nessa perspectiva, o diálogo na relação com o outro, como no interior da consciência, ou escrito, realiza-se na linguagem. Refere-se a qualquer forma de discurso, quer sejam as relações dialógicas que ocorrem no cotidiano, quer sejam

textos literários ou não.

[...] a palavra penetra literalmente em todas as relações entre indivíduos, nas relações de colaboração, nas de base ideológica, nos encontros fortuitos da vida cotidiana, nas relações de caráter político, etc. As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. (BAKHTIN, 1999, p.41).

Assim, todo texto carrega palavras, ou seja, signos que em sua forma e conteúdo mostram um conteúdo com juízo de valor, essa carga trata-se da ideologia, assim torna-se importante saber como os estudantes interagem com os discursos presentes em seu contexto social.

Então, diante desse diagnóstico, a Escola, empreendendo numa leitura que examine o signo ideológico e a relação histórica em sua composição de conteúdo e forma, poderá aprofundar a discussão, orientando o estudante para a uma profunda reflexão. Acredita-se que essa leitura apurada contribua para uma visão mais crítica da realidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste texto ficou evidenciada a necessidade de reavaliar concepções e posturas, fazendo ecoar novos discursos em prol de um desenvolvimento sustentável. Essa premência requer um redimensionamento de valores ou de, como se mencionou, ideologias de todos os segmentos sociais.

Desse modo, a educação se mostra como uma instituição essencial à promoção de tais valores e também propagar as possibilidades de cada indivíduo assumir uma responsabilidade frente à natureza aliada ao desenvolvimento. Assim, a educação em todos os níveis deve ter claro em suas ações a intenção explícita de mostrar novos discursos que deflagrem novas ideologias e, conseqüentemente novos comportamentos ambientalmente conscientes e responsáveis.

Todos os níveis de estabelecimentos de ensino estão conscientes do potencial e do papel que devem desempenhar na preparação das novas gerações com vistas a um futuro sustentável. A sociedade num todo precisa e pode partilhar a certeza de que o progresso econômico e a proteção ambiental estão indissolúvelmente ligados.

Nesse sentido, aposta-se num ensino de leitura consciente e crítica dos discursos vigentes, exercendo uma liderança que é inata à escola. Qualificar os educandos e contribuir para torná-los cidadãos que compreendam a realidade e desenvolvam seu potencial para a busca de soluções e antecipação das questões ambientais que mais a afetam.

Entende-se que a Escola não pode ficar à margem, tampouco negligenciar no ensino voltado a uma leitura apurada dos discursos. Entender os mecanismos usados na composição dos diversos materiais publicados e promover uma participação ativa do receptor, permitindo-lhe o domínio sobre as mensagens e o controle de seus efeitos.

Por fim, face aos desafios impostos pela realidade, acredita-se que terá a escola, por meio do educador, seja ele professor e/ou pesquisador, uma contribuição fundamental para desafiar o processo de aprendizagem voltado à visão contemporânea. Visão essa provoquem mudanças individuais e coletivas.

REFERÊNCIAS

- BACHELET, Michel. A ingerência ecológica: direito ambiental em questão. Trad. Fernanda Oliveria. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.
- BAKHTIN, Mikhail. Discurso na vida e discurso na arte: sobre a poética sociológica. In: Freudism – a marxist critique. Tradução de FARACO, C. e TEZZA, C. (UFPR) para fins didáticos. New York: Academic Press, 1976.
- BAKHTIN, Mikhail. Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1995.
- _____. O freudismo: um esboço crítico. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. Contribuições de Bakhtin às teorias do texto e do discurso. In: FARACO, Carlos Alberto et alii. Diálogos com Bakhtin. Curitiba: Editora da UFPR, 2001.
- BOTTOMORE, Tom. Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- CAPRA, Fritjof. A Teia da Vida. Tradução de Newton R. Eicheberg. São Paulo: Cultrix, 1996.
- CUNHA, Paulo. A globalização, a sociedade de risco, a dimensão preventiva do direito e o ambiente. In: FERREIRA, Helene Sivini; LEITE, José Rubens Morato. Estado de Direito: tendências: aspectos constitucionais e diagnósticos. Rio de Janeiro: Forense, 2004.
- DIAS A. A. C. e CHAVES FILHO, H. A gênese sócio-histórica da idéia de interação e interatividade. In: Org. SANTOS, G. L. Tecnologias na Educação e Formação de Professores. Brasília: Plano, 2003.
- DUPAS, Gilberto. O mito do progresso. São Paulo: Editora Unesp, 2006.
- GRILLO, Sheila V. de Camargo. Esfera e campo. In: BRAIT, Beth (Org.). Bakhtin: outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2006.
- LEFF, Henrique. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 7.ed. – Petrópolis: Vozes, 2009.
- FORMENTÃO, Francimar e PANDOLFO, Carmen. Estudos de mídia na escola: a relação conteúdo/forma em anúncios publicitários para uma formação cidadã. VI Conferência Brasileira de Mídia Cidadã, Pato Branco 2009.
- LEITE, José Rubens Morato. Sociedade de Risco e Estado. In: CANOTILHO, J. G.; _____(Orgs).Direito constitucional ambiental brasileiro. 2.ed. ver. – São Paulo: Saraiva, 2008
- MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de. Meio ambiente: direito e dever fundamental. Porto Alegre: livraria do Advogado Editora, 2004.
- MIOTELLO, Valdemir. Ideologia. In: BRAIT, Beth (Org.). Bakhtin: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2005.
- SACHS, Ignacy. Rumo à Ecosocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007
- SARLET, Ingo Wolfgang. Estado socioambiental e direitos fundamentais. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010.
- SILVA, José Afonso da. Direito ambiental constitucional. São Paulo: Malheiros, 2000.
- SARLET, I. W.; FENSTERSEIFER, T. Algumas notas sobre a dimensão ecológica da dignidade da pessoa humana e sobre a dignidade da vida em geral. In: A dignidade da vida e os direitos fundamentais para além dos humanos: uma discussão necessária. Belo Horizonte: Fórum, 2008.
- STAM, Robert. Bakhtin: da teoria literária à cultura de massa. São Paulo, Ática, 2000.
- VEIGA, José Eli da. A emergência socioambiental. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007,
- _____. A emergência socioambiental. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007,
- TEZZA, Cristovão. Discurso poético e discurso romanesco na teoria de Bakhtin. In: FARACO et al. Uma introdução a Bakhtin. Curitiba: Hatier, 1988.
- THEODORO, Suzi Huff; ZANETI, Izabel. Responsabilidade social e educação ambiental: a tradução da mudança de paradigma. In: Direito ambiental e desenvolvimento sustentável. THEORODO, Suzi Huff; BATISTA, Roberto Carlos; ZANETI, Izabel (coord.). Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.